

EPISTEMOLOGIA E INFÂNCIA: ELOGIO DA CURIOSIDADE CIENTÍFICA EM GINZBURG, BENJAMIN E AGAMBEN

Joachin de Melo Azevedo Neto ¹

RESUMO

A presente proposta de fala tem como meta discutir a abordagem temática em torno das relações entre infância e escrita elaborada por historiadores e estudiosos da cultura como Carlo Ginzburg, Walter Benjamin e Giorgio Agamben. Esses autores dialogaram com diferentes literatos, desde Proust, Baudelaire e Tolstói para evidenciar um determinado método de interpretação do mundo vivido, no qual as sensações e as impressões sobre a realidade são transmitidas aos leitores de forma frenética, labiríntica e anacrônica.

Palavras-chave: Infância. Epistemologia. Curiosidade científica. Métodos de pesquisa.

INTRODUÇÃO

A presente proposta de fala tem como meta discutir a abordagem temática em torno das relações entre infância e escrita elaborada por historiadores e estudiosos da cultura como Carlo Ginzburg, Walter Benjamin e Giorgio Agamben. Esses autores dialogaram com diferentes literatos, desde Proust, Baudelaire e Tolstói para evidenciar um determinado método de interpretação do mundo vivido, no qual as sensações e as impressões sobre a realidade são transmitidas aos leitores de forma frenética, labiríntica e anacrônica.

É importante destacar aqui que o conceito contemporâneo de infância, enquanto um estágio existencial cuidadosamente segregado da vida adulta, é uma invenção cultural bem recente e data, aproximadamente, de fins do século XVIII. Durante o medievo, as chamadas sociedades tradicionais europeias aplicavam essa noção apenas ao período no qual a criança necessitava de cuidados vitais por parte dos adultos. Assim que apresentavam alguma desenvoltura física e cognitiva, esses indivíduos eram induzidos ao convívio com jovens e adultos. A educação, acompanhada da transmissão

¹ Professor Adjunto de Historiografia e História Contemporânea do Curso de História da Universidade de Pernambuco – UPE/Campus Petrolina. joachin.azevedo@upe.br



de valores, acontecia, portanto, em meio ao convívio com outros membros mais velhos das comunidades entre a observação e a execução de trabalhos variados.

O historiador Phillipe Ariès, em *História social da criança e da família*, sugere que a criança, na Idade Média, era visto como um homem em escala reduzida. Argumento que reforça também salientando a raridade e menções sobre a morte de crianças nos diários de família ou pela escassez de tratados que abordassem a importância da função educativa da família. Ainda nesse período, conforme aponta: “o infanticídio era um crime severamente punido. No entanto, era praticado em segredo” e, possivelmente, “camuflado”. (ARIÈS, 1986, p. 17). Somente no século XVII, por exemplo, é que as parteiras francesas, respaldadas pelo Estado, tem a função de proteger a vida da criança que está nascendo a todo custo ao mesmo tempo em que reformadores protestantes chamavam a atenção para a obrigação dos genitores de assegurar o crescimento dos filhos. Durante a modernidade europeia, nesses termos, houve a construção de uma cultura que considera fundamental garantir um exigente respeito pela integridade da criança.

A filosofia iluminista, racionalista e moralizante, foi também direcionada para o público infantil. É justamente nesse século que a criança passa a ser encarada como um potencial humano em conserva ou matéria moldável do homem por vir ao invés de aprendiz ou um ser entregue a própria sorte. Assim, de Locke a Rousseau, temos textos nos quais prevalece uma verdadeira apologia da humildade do filósofo diante da criança.

Para os iluministas, a criança desperta no adulto o sentimento de inocência. Portanto, esse ser em desenvolvimento passa a representar o receptáculo perfeito para os valores que compõem a filosofia das Luzes, retoricamente pautados nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Essa forma de pensar ainda possui ressonâncias profundas no contemporâneo na medida em que a escola continua sendo encarada como uma instituição capaz de sublimar as pulsões sexuais e agressivas dos jovens em atividades intelectivas, recreativas e artísticas.

Também é evidente o desencanto provocado pelos crimes cometidos em nome da utopia moderna que almejou construir uma sociedade plenamente moralizada e disciplinada, bem como pela denúncia da dimensão eurocêntrica que a noção de progresso difundida no ambiente escolar ao longo do século XX possui. Nas palavras do filósofo francês René Schérer (2009, p. 62), em *Infantis: Charles Fourier e a infância*



para além das crianças, a atual utopia pedagógica resume-se ao ideal de auxiliar o indivíduo a “alcançar a autenticidade, fora das vias de uma falsa perfectibilização”.

A provocação de René Schérer é sinuosa demais porque todo educador que está imerso no cotidiano escolar sabe que cada sala de aula é um mundo particular. Então, pensar em um modelo rígido e universal de educação, mesmo bem intencionado, é ainda uma herança iluminista. Interessa aqui ventilar como essa noção moderna de infância foi acionada por determinados escritores e estudiosos da cultura enquanto um procedimento artístico e metodológico de interpretação do mundo.

METODOLOGIA/ REFERENCIAL TEÓRICO

No texto “Estranhamento: pré-história de um procedimento literário”, o historiador italiano Carlo Ginzburg elaborou uma sofisticada discussão sobre arte e metodologia. Se opondo ao posicionamento do crítico russo Viktor Chklovski expressado em 1922, para o qual os jogos retóricos pautados na construção do duplo-sentido que ocorre quando os signos e as palavras são organizados de forma que causam estranhamento fazem parte das artes em geral, Ginzburg sugere que essa técnica na qual as palavras são usadas longe do seu significado mecânico pertencem a uma tradição literária específica.

Para Ginzburg, O estranhamento, na literatura, tem raízes profundas. Usando a autobiografia de Marco Aurélio como fonte, o autor de *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*, remete ao exercício proposto por Epicteto, o filósofo escravo, responsável pela educação do citado imperador romano. Epicteto propôs uma forma de pensar a Aurélio baseada em uma desmontagem das artes. Não interessava para o filósofo se ater ao sedutor produto final da arte, mas o processo de elaboração que o tornou possível. Essa postura dialoga com a filosofia estoica: tomar um distanciamento, dentro de uma perspectiva cósmica, inclusive, é possível. Essa é a matriz do pensamento que conclui que somos grãos de areia no universo.

E qual seria a importância do estranhamento para o historiador? Esse conceito demonstra que a ficção literária é também construída por uma série de métodos. O historiador pode se apropriar desses métodos literários, mas sempre com uma intenção diferente das dos romancistas. Como Ginzburg (2003, p. 41) sugere: “o estranhamento é um antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos expostos: o de banalizar a



realidade (inclusive nós mesmos)”. É possível compreender que por trás das coisas mais óbvias, residem tramas de interesses nada óbvias. Porém, no citado ensaio, Ginzburg deixou de lado uma breve, mais importante, reflexão literária sobre essa postura estética.

Nos breves e imagéticos textos *Sobre a modernidade*, o poeta francês Charles Baudelaire retoma as reflexões sobre a dimensão universal e variável, portanto particular, do belo. Para Baudelaire – autor que sabemos bem o quanto fascinou Benjamin – o belo seria uma manifestação inerente a vida e não uma questão de classe ou do determinado grau de domínio sobre a razão ostentado por uma sociedade. A preocupação com a interculturalidade das artes também era uma constante no pensamento do autor de *As flores do mal* quando este afirma que para captar a poesia que reside no cotidiano é preciso ter as mãos precisas de um pintor e a alma de poeta.

Essa façanha foi conseguida pelo artista plástico Constantin Guys, por meio de frenéticas e velozes pinceladas. Para Baudelaire, esse artista conseguiu protagonizar uma verdadeira volta a infância, na medida em que, assim como a criança, nutria a: (...) faculdade de se interessar intensamente pelas coisas, mesmo por aquelas que aparentemente se mostram as mais triviais. (...) (BAUDELAIRE, 1996, p. 18-9).

Nutrir uma verdadeira curiosidade infantil pela realidade circundante era uma postura essencial para o flâneur, o intérprete da vida moderna que transformou a rua em um verdadeiro gabinete de estudos. Para Baudelaire (1996, p. 33), possuir uma consciência histórica da vida urbana no oitocentos não era uma questão de se ater especificamente a elaboração de narrativas realistas. Era preciso exercitar a memória e a imaginação para dar conta da multiplicidade dos detalhes que as ruas e seus usuários comportavam. A chave para se atingir essa clarividência estaria no gesto que consegue amalgamar a memória involuntária, chamada pelo poeta francês de “memória ressurrecionista” e “evocadora” com um estilo de escrita e de pinceladas embriagado, tão frenético “que se assemelha quase a um furor”. Texto escrito em 1859, *Sobre a modernidade* exerceu, possivelmente, um grande fascínio para Proust quando este começou a escrever *Em busca do tempo perdido* no começo do século XX.

Por meio de uma impactante analogia, Walter Benjamin chega a mencionar que a sua relação com a escrita de Proust era conturbada, pois se assemelhava a relação entre o dependente e o narcótico. Constatação que o obrigou a renunciar por várias ocasiões a leitura da obra do autor *Em busca do tempo perdido* para que esta não prejudicasse sua



própria produção intelectual. No breve e magistral ensaio “A imagem de Proust”, Benjamin destacou que *Em busca do tempo perdido* possui o mérito de ser uma obra que conseguiu abarcar a dialética entre esquecimento e memória, entre a vigília e o reino nebuloso dos sonhos. De forma sorrateira e metafórica, Proust conseguiu expor ao ridículo as pretensões da burguesia francesa do final do século XIX questionando a lógica de seus valores morais, sexuais e seus preconceitos culturais. O que leva Benjamin (1994, p. 40) a afirmar de forma categórica que “nem sempre proclamamos em voz alta o que temos de mais importante a dizer”.

Com a seguinte passagem, Benjamin inicia seu ensaio sobre a *Infância em Berlin por volta de 1900* (1987, p. 73): “saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde em uma floresta, requer instrução”. A belíssima metáfora do labirinto com a qual o filósofo inicia seu texto sobre a infância também é um forte indicio desse método baseado não na busca de uma verdade racionalista incontestável – simbolizada pela mera busca da saída do labirinto – mas na ideia de que é preciso tornar o conhecimento aberto, plural, enfim, de que é preciso saber se perder nos labirintos que o conhecimento e a memória nos reservam.

Dentre os temas da infância berlinense evocados pela narrativa de Benjamin, temos a curiosidade infantil associada ao instinto da crueldade, que transparece na passagem que trata dos divertimentos de veraneio do autor, regados a caçadas implacáveis contra as borboletas.

Segundo Benjamin:

Durante muito tempo, o que delas me fazia recordar era a caixa espaçosa na parede de meu quarto, com os primórdios de uma coleção de borboletas, cujos exemplares mais antigos foram capturados no jardim do Brauhausberg. (BENJAMIN, 1987, p. 82)

Este trecho também pode ser lido no sentido de que seu significado transborda para além do que está exposto em suas linhas. É justamente se valendo dos escombros, das ruínas deixadas para trás pelo racionalismo metódico – como o caçador que abandona as trilhas seguras em busca de uma presa oculta que pode nunca ser abatida – que Benjamin valorizou o devaneio, a memória involuntária e o delírio como uma



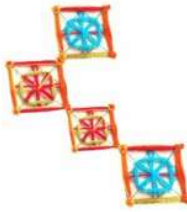
possibilidade de construção do saber. Seu pensamento dialético, artístico e erudito capta muito dessa imagem ligada ao flunar errante e imprevisível do vôo das borboletas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o filósofo italiano Giorgio Agamben, em *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*, a problemática da infância está associada ao problema da origem da linguagem. O que está em pauta quando um sujeito elabora uma narrativa autobiográfica é um debate sobre herança cultural, na medida em que “nós não podemos alcançar a infância sem ir de encontro a linguagem, que parece custodiar o seu acesso como o anjo com a espada flamejante que guarda os umbrais do Éden (...)” (AGAMBEN, 2005, p. 59). O conceito de infância, intimamente interligado ao de origem, tem uma dimensão dialética brilhantemente captada pelo marxismo heterodoxo de Benjamin, pois a origem ou a infância, para o autor, não é o começo de uma história, mas um ponto de convergência no qual os vários tempos diacrônicos e sincrônicos se entrelaçam por meio da narrativa.

Em suma, para Carlo Ginzburg, o tema da infância, nas artes, remete a uma técnica de olhar para a realidade de uma forma lúdica e nada convencional. Quando Walter Benjamin nos fala sobre sua origem não o faz de uma maneira linear, mas de uma forma capaz de implodir a continuidade histórica; habitando e misturando-se com as suas recordações. O anacronismo presente nas memórias de Benjamin sobre sua infância, inspirado nas leituras de Marcel Proust, confere uma atualidade imensa ao seu texto, ainda prenhe de significados que precisam ser melhor discutidos. Já para Giorgio Agamben, falar sobre a infância é adentrar é um debate sobre experiência e consciência de si de uma forma crítica em relação aos postulados do racionalismo que construíram a imagem tradicional do homem europeu como senhor do conhecimento empírico. Um debate sobre a consciência de si precisa privilegiar também a importância do inconsciente e do anacronismo na formação de um indivíduo.

Em lugar da noção da experiência técnica e racionalista da filosofia do século XIX, Agamben propõe que pensemos nos espaços em branco deixados para trás por essas correntes científicas sobre esse conceito de anacronismo. Assim, falar em uma infância da experiência significa levar em conta que esse termo tem uma dimensão filosófica dialética. A infância mantém laços indissolúveis com seu oposto: a morte.



Somente a renúncia dessa noção moderna de infância, percebida como o começo da linearidade da vida de um sujeito, poderia fundar uma nova noção de experiência humana.

Como sugere Agamben:

O mistério que a infância instituiu para o homem pode de fato ser solucionado somente na história, assim como a experiência, enquanto infância e pátria do homem, é algo de onde ele desde sempre se encontra no ato de cair na linguagem e na palavra. Por isso a história não pode ser o progresso contínuo da humanidade falante ao longo do tempo linear, mas é, na sua essência, intervalo, descontinuidade, *epoché*. Aquilo que tem na infância a sua pátria originária, rumo a infância e através da infância, deve manter-se em viagem. (AGAMBEN, 2005, p. 65)

A relação feita por Agamben entre infância e morte; história e descontinuidade é permeada por uma catástrofica, porém elegante, advertência pedagógica. Se a infância é uma mistura dos tempos, na qual a criança profana os objetos que são sacralizados pelos adultos e os adultos deixam de lado as obrigações e convenções cotidianas para se entregarem aos jogos e devaneios infantis, os adultos não podem abandonar as crianças e entregá-las aos seus próprios fantasmas. Quando isso ocorre, o adulto, literalmente, morre para a criança tornando-se também apenas mais um fantasma. Em termos filosóficos, isso também significa dizer que o adulto é o depositário de uma história, de valores e conselhos, que será ressignificada futuramente pela criança. Caso a criança seja abandonada a própria sorte, as larvas do passado – o autoritarismo – poderão voltar do reino dos mortos para devorar os vivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista historiográfico, as narrativas sobre a infância parecem trazer para o debate reflexões sobre as relações entre tempo, memória e história. A condição de infante concebida como um estágio da existência no qual o lúdico e a criatividade ainda não foram recalçados pode ainda, inclusive, nos inspirar a repensarmos nossos métodos viciados e acomodados de interpretação da realidade. Pensar sobre as relações complexas entre história e infância também é uma forma de constatar que toda herança cultural é continuamente apropriada e ressignificada. Tecidas essas breves



considerações, espero que tenha ficado claro, pelo menos, o fato de que se existe uma distância entre pedagogos, literatos, historiadores e filósofos em torno do campo de estudos que engloba o tema da infância, essa distância não é extrema e não os impede de sentarem juntos e dialogarem.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BAUDELAIRE, C. **Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Infância em Berlin por volta de 1900.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHÉRER, R. **Infantis: Charles Fourier e a infância para além das crianças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.